Cód. barras: STJ00095109 (2012)

Sumário

Apresentação 17

Introdução - O que faz bela a catedral do Direito ? 23

I. DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E JUSTIÇA

Capítulo 1. Os direitos naturais do ser humano e da família 27
Sumário: I – Em que consiste a "dignidade" do ser humano? 1. Lei Eterna, Natural e Humana. 2. Direitos humanos. 3. Direito positivo. II - Natureza da pessoa humana. 1. Valor da vida humana e sua inalienabilidade. 2. Nascer com dignidade. 3. Formação da personalidade. 4. Morrer com dignidade. III - Valores que informam a vida familiar. 1. Relações éticas entre Pais e Filhos. 2. Formação da Comunidade familiar. 3. A Comunidade social e política. Bibliografia.

Capítulo 2. O casamento. O Direito de família à luz da dignidade humana 43
Sumário: Introdução. 1. Filosofia jurídica ou Teoria do Direito. 2. Princípios sobre a natureza do homem: a) Princípios e valores fundamentais: igualdade liberdade e vida; b) Fundamento constitucional da dignidade humana; c) A sociedade: pluralista, fraterna e solidária. 3. Instituição da família: a) Casamento, família e direito; b) Casamento e consentimento; c) Juridicidade intrínseca da família. 4. Valores informativos da vida familiar: a) Formação da comunidade familiar; b) Respeito e proteção aos entes familiares: Crianças e adolescentes. Idosos e deficientes; c) Educação para cidadania; d) Ética na comunicação social. 5. Bioética e Biodireito: novas tendências: a) Valor da vida humana e sua inalienabilidade; b) Direito a nascer dignamente; c) Direito a morrer com dignidade. Conclusão. Bibliografia.

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Capítulo 3. Violência e dignidade da pessoa humana 77

Capítulo 4. Direitos humanos, Urgente! 89
Sumário: 1. Os homens mais violentos da História. 2. Violência, uma ofensa à dignidade do homem. 3. Os grandes nomes da não-violência. 4. Manifestações graves de violência. 5. Como superar a violência, hoje? 6. O valor do corpo humano. 7. Propostas concretas. 8. Programas governamentais. Conclusão.

Capítulo 5. O bem comum na ordem constitucional brasileira: a família, a empresa e o Estado 115
Sumário: Introdução. 1. Bem comum X Bens particulares. 1.1. Que é função social? 1.2. Os Setores da sociedade. 1.2.1. Como os cidadãos (partes) vêem estes Setores ou graus de sociedades? 1.2.2. Como os Setores vêem os Cidadãos? 2. A família e o Bem comum. 3. A propriedade e o Bem comum. 3.1. O meio ambiente, bem comum universal. 4. A Empresa como instância do Bem comum. 4.1. Uma nova visão sobre a Empresa. 4.2. Empresas socialmente responsáveis: um novo paradigma. Conclusões.

Capítulo 6. Empresas e empresários à luz dos princípios constitucionais do bem comum 137
Sumário: Introdução. 1. Fundamentos humanísticos do bem comum. 1.1. O que é bem comum. 1.2. O bem comum na Constituição brasileira. 1.3. A função social da propriedade. 2. A Propriedade-empresa, instância privilegiada do *bem comum*. 2.1. Uma nova visão sobre a Empresa. 2.2. Empresas e empresários socialmente responsáveis: paradigmas humanistas. 2.3. A responsabilidade empresarial pelo meio ambiente. 3. A Encíclica *Caritas in veritate* e a Economia. Conclusões. Bibliografia.

Capítulo 7. Sucesso das empresas e realização do ser humano 163
Sumário: Introdução. 1. Teorias gerenciais. 2. Função da empresa não é o lucro, apenas. 3. A ordem econômica e social. 4. Uma nova visão empresarial. 5. Estratégias das empresas na questão laboral. 6. Comportamento Empresarial para um Mundo Melhor. 6.1. Os Princípios de Caux. 6.2. Princípios Gerais. 6.3. Princípios do Investidor. 7. Práticas de Responsabilidade Social das Empresas. 7.1. Princípios do Global Compact e Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. 7.2. Princípios do Global Compact e Práticas Empresariais. 7.3. A ética nas empresas. 8. Um novo paradigma de empresas socialmente responsáveis. Conclusões. Bibliografia.

Capítulo 8. A Ética na sabedoria clássica do Ocidente 187
Sumário: Conceito de moral. As 4 virtudes cardeais e o problema da decisão moral (e do Juiz). A justiça como vontade de dar a cada um o que é seu.

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Capítulo 9. O cidadão, a sociedade, a mídia e a justiça 195
Sumário: Introdução. I. O cidadão, sujeito e fim da comunicação social: a) A educação para a cidadania, b) A ética na comunicação social. II. A mídia: informação, cultura e entretenimento à sociedade: 1. Os meios de comunicação social: a) Empresas privadas com finalidades econômicas, b) As relevantes funções sociais da mídia, c) Empresários, editores e jornalistas; 2. Responsabilidade ética, social e jurídica dos empresários e jornalistas; 3. O Conselho de Comunicação Social. III - Restrições à liberdade de expressão e comunicação: direitos da pessoa, família e sociedade: a) Restrições quanto à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas (Art. 5°, incs. V e X), b) Restrições frente aos valores éticos e sociais da pessoa e da família - Art. 221 - IV; c) Restrições ao respeito à presunção de inocência - Art. 5°, inc. LVII. Conclusões. Bibliografia indicada.

Capítulo 10. Direitos humanos nas cortes comunitárias européias: modelo de criação jurisprudencial 227
Sumário: Introdução: A realidade de uma nova ordem jurídica. 1. O Tribunal de justiça da comunidade européia. 1.1. A Criação Jurisprudencial da "cidadania européia". 1.2. A construção de um sistema dos direitos fundamentais. 2. O Tribunal europeu dos direitos humanos. 2.1 - A proteção dos direitos fundamentais. 2.2 Sistemas convergentes de proteção aos direitos humanos. 2.3. A coexistência possível entre os dois sistemas. Conclusão: Direitos humanos após 1992. Bibliografia consultada e indicada.

II. ÉTICA E BIOÉTICA

Capítulo 11. Cirurgia experimental e dano estético 245
Sumário: 1. Consulta. 2. Questões inter-relacionadas. 3. Valor da vida humana. Exigências Éticas. 4. Valorização moral das experiências médicas. 5. Experiência humana em Medicina. Noção e tipos de experimentação. 6. Os Processos de Nuremberg. 7. Requisitos para a aceitação da experimentação humana. 8. As cirurgias estéticas 9. O dano estético. 10. Intervenções Cirúrgicas. Experiência e Manipulação. 11. Manipulações Biológicas. 12. Declaração de Helsinque. 13. A dimensão ética do experimento. Adesão expressa do paciente. 14. Responsabilidade Civil. 15. Consentimento informado e assunção do risco. 16. Responsabilidade objetiva: obrigação de resultados ou de meios? 17. Conclusões. 18. Síntese. 19. Bibliografia. 20. Legislação citada. 21. Outros documentos pertinentes.

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Capítulo 12. Células-Tronco – Aspectos Éticos e Jurídicos 267
Sumário: 1. E o que é a vida? E quando ela principia?. 2. Qual a distinção entre Poder e Saber? 3. O que dizer sobre experimentação com células-tronco?. 4. Qual o fundamento destas normas convergentes?

Capítulo 13. O caso dos transplantes de órgãos humanos (Lei n. 9.479/68). Omissão do poder regulamentador e mandado de injunção 271
Sumário: I. A Falta de Regulamentação e Leis e Normas Constitucionais. II. Prejuízos e Ofensas a Direitos Individuais (Dignidade Humana). Responsabilidades Éticas, Civis e Criminais de Médicos e Hospitais. III. Recursos ou Acessos à Justiça. 1. As Medidas Cautelares Inominadas. 2. O Mandado de Segurança Preventivo. 3. O Pedido em Jurisdição Voluntária. IV. A Nova Constituição e o Mandado de Injunção. 1. Eficácia imediata. 2. Necessidade de adaptação processual. 3. A ordem ou *writ of injunction*. 4. Procedimento judicial. 5. Das provas. 6. O *writ*. 7. Sanções pelo descumprimento. V. Injunção e Eqüidade. VI. Omissão Legislativa. VII. Conclusões.

III. JUSTIÇA E PRÁTICA JURÍDICA

Capítulo 14. São Paulo empresarial: responsabilidade econômico-social 285
Sumário: I – Evolução histórica: do Império agrário à República industrial. 1. Crescimento industrial, urbanização e exclusão social. 2. Como surgiram os primeiros grandes empreendedores? 3. Getúlio Vargas (1937-1945): o desenvolvimento planejado. 4. A era Kubitschek e a consolidação industrial (1950-1990). II – A responsabilidade econômico-social das empresas. 5. A visão jurídica da empresa. 6. A empresa na visão econômica. 7. A função social como responsabilidade empresarial. 8. Conclusões prévias. 9. O lucro como propriedade e com função social. 10. É possível um novo paradigma empresarial para o século 21? Conclusões. Bibliografia.

Capítulo 15. Responsabilidade civil ambiental 305
Sumário: Introdução. 1. Conceito de responsabilidade. 1.1. Responsabilidade administrativa. 1.2. Responsabilidade penal. 1.3. Responsabilidade civil. 2. O dano ambiental. 2.1. A teoria da culpa no Direito ambiental. 2.2. Leis de Proteção Ambiental. 2.3. A tutela jurisdicional do ambiente. 2.3.1.Os Inquéritos Civil e Policial. 2.3.2. A Ação civil e penal pública. 2.3.3. Ação declaratória de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. 2.3.4. Ação popular constitucional. 2.3.5. Mandado de segurança coletivo. 2.3.6. Mandado de injunção. 3. Conclusões: Preservar a Natureza ou preservar o Homem? 4. Referências bibliográficas.

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Capítulo 16. Ética no serviço público e exercício da cidadania 327
Sumário: Introdução:A Constituição Federal e o exercício da cidadania.1.A superação do conceito de serviço público tradicional. 2. A oportunidade para o exercício dos direitos e garantias individuais e sociais. 3. Moralidade pública ou moralidade do servidor público.4. Conflito de interesses públicos e particulares: serviço público x corrupção. 5. Conclusões.Bibliografia.

Capítulo 17. Direito alternativo e eqüidade 339
Sumário: 1. O espectro de Newton - 2. Ideologia, o que é - 3. Uso alternativo e ideologia no Direito - 4. Uso alternativo e eqüidade - 5. Os diversos tipos de eqüidade - 6. A eqüidade no CPC e na LICC - 7. Conclusão.

Capítulo 18. Juizados de pequenas causas: escolas de eqüidade 357
Sumário: 1. A Lei e a Constituição; 2. Tribunais de Eqüidade; 3. Escolas de Justiça.

Capítulo 19. As tendências contemporâneas da ideologia e práticas jurídicas ... 363
Sumário: Introdução – O que é ideologia? 1. Tendências ideológicas contemporâneas: a) As ideologias que distorcem a realidade; b) A ideologia no Direito: uso alternativo; c) Humanização dos cursos jurídicos; 2. Conteúdos programáticos e ideológicos: a) Programas seletivos por objeto: a formação jurídica geral; b) Programas seletivos: a formação jurídica para a cidadania; c) Programas seletivos: a formação gerencial; d) Programas seletivos: a formação política; 3. A busca da qualidade de ensino: a) Os programas definem a ideologia das Faculdades de Direito?; b) Selecionando a clientela, as Faculdades se diferenciam; d) Selecionando objetivos, as Faculdades se inserem na vida intelectual, cultural e no mercado de trabalho; 4. Núcleos de prática de ensino e assistência judiciária: a) A teoria se une à prática; b) A neutralização das ideologias; c) O advogado e os operadores do Direito se fazem no atendimento ao público; d) A experiência salutar do Centro Jurídico Social da UNESP, em Franca (SP); e) Núcleos de Estudos dos Direitos do Homem, Cultura e Cidadania. Conclusões.

Capítulo 20. Aspectos psicológicos da atividade jurídica. As Escolas de Direito no que tange ao preparo psicológico 385
Sumário: Introdução 1. O nível psicológico do estudante de Direito hoje. 2. O Ensino Jurídico no 1º ano das Faculdades: a) A sobrecarga de matérias teóricas; b) Estímulos para gostar do Direito; c) Filosofia e Oratória, práticas esquecidas. 3. A forte atração psicológica pelos direitos humanos: a) O ideal da juventude é servir ao próximo?; b) Sabem o que querem, não sabem caminhar; c) Mestre não é só ensinar, mas caminhar junto; d) Despertando a consciência cívica para a cidadania consciente. 4. A preparação psicológica para a vida jurídica voltada para o social: a) Introdução ao Estudo do Direito: propedêutica para um humanismo jurídico; b) O despertar do magistrado! O zelo do todo; c) O despertar

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

do promotor público! O zelo pelas partes; d) O despertar do procurador público! O zelo das administrações; e) O despertar do advogado! A missão público-privada; f) O despertar do professor de direito! Pesquisa e transmissão do conhecimento. Conclusão.

Capítulo 21. Fundamentação das decisões judiciais como dever de justiça 411
Sumário: Resumo. Introdução. 1. Motivação processual e fundamentação constitucional. 2. Motivo, fundamento e razão de decidir. 2.1. Fundamentação. 2.2. A sentença nos tribunais. 3. O princípio da razão suficiente na lógica jurídica. 4. Interpretação e motivação. 4.1. Princípios e valores no ordenamento jurídico. 5. Decisões fundamentadas e garantias constitucionais. 5.1. Poder jurídico e jurisprudência. Conclusões. Referências bibliográficas e indicação de leituras.

Capítulo 22. Uma teoria da *auctoritas*: poder e autoridade 433
Sumário: A jurisdição é uma função estatal.Valoração da Prova. O dever de julgar, princípio de segurança jurídica. Saber e Poder. O juiz é revestido essencialmente de auctoritas.Conclusão.

Capítulo 23. Protesto de título de cliente. Responsabilidade do advogado 443
Sumário: 1. O advogado, homem justo e eqüitativo. 2. Fundamentos éticos para a advocacia. 3. Pode a Ética neutralizar a Lei? 4. Soluções possíveis. A. Se a Lei prevalece, a Ética cede. B. Se a Ética prevalece e a Lei cede. C. Se Ética e Direito se compõem. 5. Justificação do art. 42 do Código de Ética. 6. O Protesto de Título. 7. O Abuso na Cobrança e a Defesa do Consumidor. 8. Responde o advogado pelo protesto de título de seu cliente? 9. Danos morais. 10. Conclusões.

Capítulo 24. O Ensino religioso no Brasil 463
Sumário: 1. Liberdade religiosa, Sociedade pluralista, Ensino religioso pluriconfessional, Laicidade do Estado, Bem comum religioso.

Capítulo 25. Relação de emprego e representação comercial 467
Sumário: 1. Histórico; 2. A consulta; 3. Análise dos julgados trabalhistas; 4. O fato novo; 5. Processo, coisa julgada e execução; 6. Respostas aos quesitos; 7. Considerações finais.

Capítulo 26. Por que reler Mário Ferreira dos Santos hoje? 483

Capítulo 27. Poderes éticos do juiz 495
Sumário. 1. Poderes éticos. 2. Poder discricionário. 3. O *arbitrium judicis.* 4. A eqüidade. 5. O poder criador.

Quem somos Letras Jurídicas Editora 519

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br